

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1403 | 04/09/2017 a 10/09/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

CONSERVAÇÃO

UM ANO DE PROSOLO

Criado pelo governo do Estado,
com a participação do
Sistema FAEP/SENAR-PR,
programa incentiva cuidados
com o solo e a água

sistemafaep.org.br

Aos leitores

A constante mobilização e sensibilização do homem do campo são importantes para manter os ótimos resultados que a produção agrícola paranaense apresenta ano a ano. Os principais patrimônios do agricultor são o solo e a água, que garantem sua renda. Pensando nisso, há um ano foi criado o Prosolo. O programa, que tem o apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR, busca conscientizar os produtores sobre a adoção de boas práticas de conservação do solo e da água. Como reforça o presidente do Sistema, Ágide Meneguette, “um solo bem cuidado produz mais”.

Outra reportagem neste boletim trata da reunião da Comissão Técnica de Cereais da FAEP. No encontro, produtores, técnicos e especialistas debateram estratégias para melhorar a produção de soja, trigo e outros grãos no Estado.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita | **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

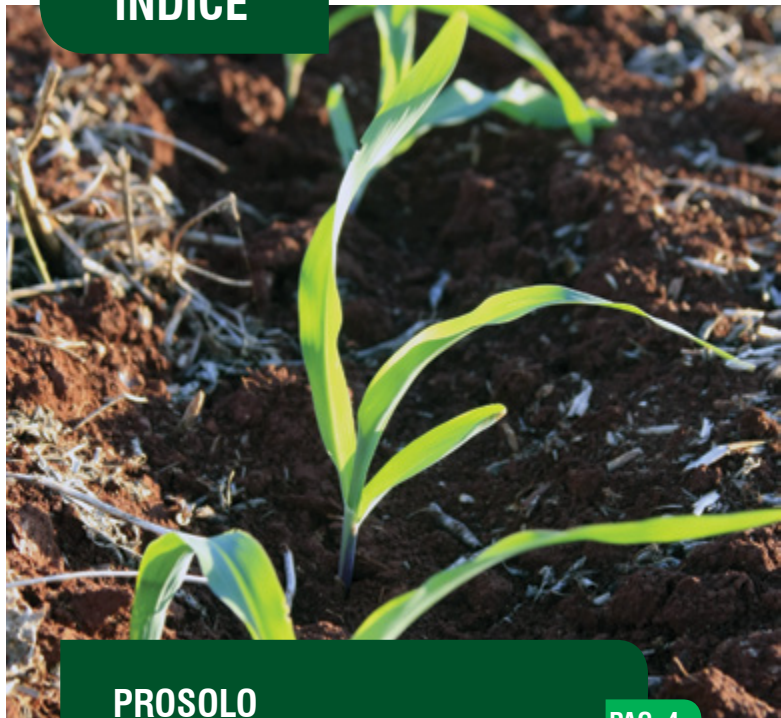
Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Edição:** Ricardo Medeiros | **Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueiredo | **Contato:** imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pode-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1403:

Fernando Santos, Milton Dória, Felipe Santos, Giuliano Gomes, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



PROSOLO

Preocupação conservacionista

PAG. 4

MIP

Produtor adota prática e reduz custos

Pág. 10

COMISSÃO

FAEP debate saídas para produção de grãos

Pág. 13

TRIGO

Cartilha orienta sobre uso de agroquímicos

Pág. 16

HISTÓRIA

Abertura dos portos brasileiros mudou a história do país

Pág. 18

AGRINHO

Universidades portuguesas fazem intercâmbio sobre programa

Pág. 20

CAMPO FUTURO

Custo de produção de pinus

Pág. 22

Cadecs em prol da força da integração



Desde o ano passado, quando o governo federal aprovou a chamada Lei da Integração (Lei n.º 13.288/2016), os produtores rurais e as unidades industriais envolvidas com avicultura e suinocultura contam com um novo canal de convivência: as Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs). A legislação exige a formação de comissões paritárias nas agroindústrias, o que permitiu o equilíbrio nas negociações.

Apesar de recente, as Cadecs estão transformando o relacionamento entre as partes em uma relação mais transparente e justa, em prol da construção de uma convivência saudável, minimizando os conflitos. Afinal, todos os elos precisam ganhar e saber negociar, para a sobrevivência das cadeias.

Mas alcançar esse estágio exigiu muito trabalho. A Lei da Integração permaneceu parada durante anos em Brasília, até que a FAEP

passou a pressionar para apressar sua tramitação. Técnicos da casa participaram de inúmeras reuniões na capital federal, contribuindo para a construção do texto da lei.

Sancionada a lei, iniciou uma nova etapa de trabalho. Desde o começo do ano, a FAEP tem se feito presente em todas as regiões do Estado, com assessorias técnica e jurídica, para a formação das Cadecs. Até o momento, 9 das 33 unidades industriais de frango contam com comissões implantadas, resultado direto do trabalho da entidade e dos produtores. Na suinocultura, a fase é de sensibilização das 11 indústrias sobre a importância das Cadecs. Nossa meta é fechar o ano com 14 Cadecs funcionando. Recentemente, de forma paralela, iniciamos outro ciclo para o fortalecimento das Cadecs. A FAEP criou o Núcleo de Cadecs do Paraná, que reúne os coordenadores das comissões já existentes para a troca constante de informações. Desta

forma, todos poderão acompanhar o que se passa nas diversas regiões do Paraná. Certamente, o setor produtivo ganha ainda mais força no processo de negociação com as indústrias com os interesses unificados. O Núcleo ainda tem o papel de mobilizar e fomentar avicultores e suinocultores para a criação de comissões nas regiões que ainda não foram contempladas.

O SENAR-PR também terá sua participação na capacitação dos integrantes das Cadecs. Sabemos que do outro lado da mesa de negociação, os representantes das indústrias estão preparados. E é isso que vamos fazer com nossos representantes, com cursos envolvendo liderança, técnicas de negociação, noções jurídicas e conceitos de custo de produção.

Apesar de ainda recente, o ineditismo do Núcleo de Cadecs do Paraná tem chamado a atenção Brasil afora. As Federações de Santa Catarina e São Paulo já demonstraram interesse em conhecer detalhes do projeto.

Esse trabalho todo tem um único propósito: a defesa dos interesses dos nossos produtores. Vamos, quanto for necessário, subsidiar nossos avicultores e suinocultores para que, de forma coletiva, tenhamos mais e mais força em nossas ações. Afinal, temos que encontrar uma forma equilibrada de todos os elos das cadeias sobreviverem, permitindo que o Paraná continue forte na agropecuária.

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema
FAEP/SENAR-PR

Desenvolvimento sustentável

Prosolo completa um ano e marca a preocupação pela retomada de técnicas conservacionistas de solo e água no Estado



O Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) completou um ano no fim de agosto. Neste período, o programa promoveu e apoiou diversas ações de desenvolvimento agrícola sustentável e de conscientização sobre a retomada de técnicas conservacionistas no Estado.

O Prosolo nasceu da necessidade de se mobilizar e sensibilizar o produtor para o controle de processos erosivos do solo e de degradação dos cursos d'água. Entre

as medidas promovidas pelo programa estão a formação de especialistas e a permanente capacitação de profissionais e agricultores nas estratégias técnicas, tecnologias e práticas de conservação do solo agrícola.

O programa, criado pelo governo do estado e coordenado pela Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab), tem apoio do Sistema FAEP/SENAR-PR e de outras entidades ligadas à produção rural. O Prosolo foi instituído por meio do Decreto Estadual nº 4.966, de 29 de

agosto de 2016. O decreto deu prazo de um ano para os produtores aderirem voluntariamente ao programa e pudessem contatar um técnico para elaborar o projeto de conservação de solo de sua propriedade.

Próximo passo

O programa vai manter uma ação contínua de mobilização, sensibilização e apoio ao produtor rural, principal responsável pela conservação do solo e da água. Estratégias de médio e longo prazo foram adotadas e refletirão em resultados importantes.

Durante o desenvolvimento das pesquisas já iniciadas em manejo e conservação de solo e água, a coordenação do programa, por meio da Rede Paranaense de Agropesquisa e Formação Aplicada, irá promover encontros semestrais entre pesquisadores e produtores rurais, mostrando os resultados parciais, discutindo e avaliando técnicas propostas em função dos resultados obtidos em cada uma das sete regiões de desenvolvimento das pesquisas, estrategicamente instaladas para que representem a realidade da produção paranaense.

“O solo é o maior patrimônio do agricultor. Além da sustentabilidade econômica e ambiental, é preciso destacar que o produtor que adota as boas práticas de conservação também ganha na produtividade. Um solo bem cuidado produz mais”, afirma Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Formação

O Prosolo prevê a formação de profissionais especializados em planejamento conservacionista, que serão disseminadores de tecnologias para outros profissionais de campo. Como resultado dos próximos quatro anos de pesquisa, a coordenação do programa terá informações sobre a dinâmica da água em situações de campo possibilitando maior segurança para definir possíveis alterações no espaçamento de terraços. Também está previsto, nesse período, a produção do Manual de Conservação de Solo e Água do Paraná. Esse material servirá de base para construção dos projetos de conservação de solo e água no Estado. Do ponto de vista do treinamento, o desenvolvimento das pesquisas vem sendo constantemente incorporado aos programas de capacitação do Prosolo, oferecidos pelo SENAR-PR e por outros parceiros do programa.

O processo contínuo de capacitação de profissionais, deve se refletir em melhoria na qualidade dos serviços oferecidos aos produtores e, conseqüentemente, na conservação do solo e da água, que por sua vez resulta em redução de perdas e custos, aumento na produção e melhoria na qualidade de vida da população.

A pesquisa científica aplicada envolve 11 universidades e três fundações e instituições de pesquisa. A Chamada Pública n.º 01/2017, lançada em fevereiro deste ano pelo

governo estadual, incentiva pesquisadores a apresentarem projetos na área de conservação e recuperação de solos, em sintonia com as ações do programa. Os projetos vencedores terão quatro anos para executar as pesquisas propostas. Os recursos disponibilizados somam R\$ 12 milhões, sendo R\$ 6 milhões do SENAR-PR, R\$ 4 milhões da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti) e R\$ 2 milhões da Fundação Araucária.

Cursos do SENAR-PR por município

Município	Número inicial de alunos
Assis Chateaubriand	23
Cambará	23
Guarapuava	25
Ibiporã	27
Irati	25
Lapa	23
Paranacity (2 turmas)	40
Paranavaí	25
Pato Branco	26
Ponta Grossa	24
Santa Tereza do Oeste	21
Xambrê	23
Guarapuava (Coop. Agrária)	29
Irati	35
Lapa	35
Ponta Grossa	35
Guarapuava	35
Ibiporã	35
Pato Branco	35
Assis Chateaubriand	35
Paranavaí	35
Santa Tereza do Oeste	35
Carambeí	25

Fonte: SENAR-PR

Quatro estratégias de desenvolvimento



O Prosolo está baseado em quatro estratégias de desenvolvimento: capacitação; pesquisa e formação aplicada; análise e recomendações de alteração de legislação; e sensibilização do produtor rural.

Na parte de capacitação, o SENAR-PR organizou treinamentos para técnicos e produtores. O curso Manejo de Solo e Água em Propriedades Rurais e Microbacias Hidrográficas, voltado para a capacitação de técnicos para elaboração e execução de projetos de conservação de solo e água, tanto da iniciativa privada quanto do setor público, tem reciclado os profissionais para os novos desafios da agropecuária, proporcionando conhecimento sólido. O curso já conta com aproximadamente 500 alunos, em 23 turmas distribuídas por todo o Estado. A meta é treinar cerca de 2 mil técnicos. O curso, com duração de 300 horas, é semipresencial e conta com aulas presenciais em campo.

Já o curso Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas, promovido pelo SENAR-PR, tem como objetivo a transferência de conhecimentos e a sensibilização dos produtores rurais, mostrando a necessidade e as vantagens do cultivo anual aliado à conservação do solo e da água.

O Prosolo promove cursos de capacitação de operadores de máquinas, treinando e capacitando esses servidores no uso de técnicas de construção e conservação de estradas e sua integração com as propriedades rurais lindeiras.

Por causa da grande malha viária sem pavimentação no Estado, os municípios, principais responsáveis pela manutenção dessas estradas, precisam conhecer a importância da integração entre as vias e as propriedades rurais e seus sistemas conservacionistas. Essa integração possibilita um menor custo de manutenção e maior trafegabilidade.

Pesquisa

A Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Paraná e a Fundação Araucária de Pesquisa organizaram uma Chamada Pública para selecionar projetos voltados à área de pesquisa em conservação de solos e água. Foram aprovados 35 projetos, segundo os critérios de aplicabilidade prática e viabilidade financeira.

Ao todo serão investidos cerca de R\$ 12 milhões em pesquisa e formação aplicada, buscando soluções para melhoria da produtividade no Estado, aliada à redução nas perdas econômicas e ambientais, consequência dos processos erosivos. Essa ação foi incorporada ao Prosolo.

O Sistema FAEP/SENAR promoveu reuniões com os pesquisadores das diversas instituições do Estado, para estabelecer uma metodologia de pesquisa que buscasse respostas para a problemática da conservação de solo e, ao mesmo tempo pudesse responder as indagações específicas de cada região, considerando suas peculiaridades de manejo, clima, solo e culturas regionais.

Os projetos serão desenvolvidos abrangendo as principais regiões produtoras do Estado durante quatro anos. A pesquisa será desenvolvida em rede, com a troca de informações e resultados entre os pesquisadores.



Encontro de divulgação do Prosolo em Carambei

Legislação

O Paraná foi o primeiro Estado a estabelecer uma legislação de solos, com a promulgação da Lei n.º 8.014/1984, a Lei de Uso do Solo Paranaense. À época, era comum a utilização de técnicas de plantio mais agressivas e danosas aos terrenos. Mas já existia, também, uma preocupação com a conservação de solos e água. Alguns programas voltados a essa temática já haviam sido executados com êxito. Com a evolução das tecnologias, a legislação paranaense de uso do solo precisa ser aprimorada. Um Grupo de Trabalho do programa, reunindo técnicos e juristas conhecedores da legislação voltada à conservação do solo e da água, pretende propor alterações para que a Lei se mantenha conectada e dinâmica.

Como nasceu o programa

O uso do plantio direto aliado a outras técnicas conservacionistas, principalmente a partir dos anos 1990, causou um impacto positivo na produtividade e na conservação dos solos agrícolas no Paraná. O Estado sempre esteve na vanguarda brasileira quando se trata de manutenção de solo. Prova disso são os diversos programas implantados desde os anos 1970. As ações somadas à fertilidade dos nossos solos, ao clima ameno e ao trabalho do produtor rural, resultaram em um Estado que se destaca pela sua atividade agrícola, pecuária e florestal, despontando como uma das maiores economias do país.

Mas nos últimos anos, especificamente no final de 2015 e início de 2016, tivemos a evolução do problema da erosão do solo no Paraná por força do fenômeno meteorológico El Niño. O aumento no volume e na intensidade das chuvas teve um efeito prejudicial aos solos paranaenses, que associados à baixa qualidade do plantio direto intensificaram os processos erosivos no meio rural.

Para combater essa situação, o Sistema FAEP/SENAR-PR desenvolveu um pré-projeto de conservação de solo e água. A entidade, juntamente com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e Federação dos Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná (Fetaep), apresentou a ideia à Seab.

O Prosolo foi instituído por meio do Decreto Estadual nº 4.966, de 29 de agosto de 2016. Sob a coordenação da Seab, o programa é gerido por meio de um comitê paritário no qual participam entidades públicas e privadas.

R\$ 12 milhões

serão aplicados em projetos de pesquisa e formação aplicada em conservação de solo e água no Paraná.

35 projetos

de pesquisa em conservação de foram aprovados.

19 instituições

estão envolvidas na pesquisa e formação aplicada em conservação.

Sensibilização

Diversas ações voltadas à sensibilização dos produtores foram realizadas neste primeiro ano de existência do Prosolo. Com o apoio da Itaipu Binacional, por exemplo, foram produzidos materiais gráficos e audiovisuais utilizados em eventos de divulgação do programa no Estado. Uma série de encontros regionais foi organizada para difundir o programa. As reuniões ocorreram em Maringá (Noroeste), Carambeí (Campos Gerais), Guarapuava (Centro-Sul), Pato Branco (Sudoeste), Cascavel (Oeste), Umuarama (Noroeste) e Apucarana (Norte) e contaram com a participação de produtores rurais, técnicos de setores públicos e representantes de instituições, empresas e cooperativas.

Também ocorreram cerca de 100 reuniões regionais por todo o Estado, atingindo um público de aproximadamente 10 mil pessoas, entre dias de campo, seminários, reuniões com secretários municipais da Agricultura e com produtores rurais.

Para que o programa atingisse este público, foram treinados 40 técnicos ligados ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), SENAR-PR e Fetaep, para serem divulgadores do programa nos diversos eventos ligados ao setor.

Mapeamento do solo brasileiro

A preservação ambiental também está contida em outras iniciativas no Estado. O Prosolo se integra às diversas ações do governo estadual voltadas à conservação do solo e da água, como o Programa de Gestão de Solo e Água em Microbacias, que busca recuperar e manter a capacidade produtiva dos recursos naturais, com base na gestão de microbacias hidrográficas; o Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial (Prórural), que visa aumentar a competitividade dos agricultores familiares; a campanha Plante Seu Futuro, que tem como proposta a realização de ações permanentes de divulgação e capacitação de profissionais e produtores rurais e agroindustriais com tecnologias que assegurem a sanidade, a racionalização no uso dos insumos e baixa emissão de carbono; e o programa Moringa Cheia, criado pela Sanepar, que incentiva ações para recuperação e conservação das áreas dos entornos dos mananciais. Entre os benefícios desta ação estão a melhoria na qualidade da água, menor custo no tratamento, redução no assoreamento dos rios, e, principalmente, a redução no custo de vida do cidadão.

O Paraná também foi o primeiro a iniciar a implantação do Programa Nacional de Solos do Brasil (Pronasolos). Lançado em 2016, o programa prevê o mapeamento do solo brasileiro. A ideia é reunir informações para subsidiar políticas públicas, embasar a agricultura de precisão, apoiar decisões de concessão do crédito agrícola e auxiliar a gestão territorial.

Já o Manual de Adubação e Calagem para o Estado do Paraná, lançado durante a 20.^a Reunião Brasileira de Manejo e Conservação do Solo e da Água, em Foz do Iguaçu (região Oeste), em novembro de 2016, traz recomendações voltadas às condições de cultivo e curvas de resposta à adubação delimitadas para o meio produtivo rural paranaense. Essa publicação é fruto de um esforço conjunto de diversas entidades e está disponibilizada a técnicos e produtores. A sua elaboração teve apoio de 38 pesquisadores e foi financiada pelo SENAR-PR.

Agropecuária do Paraná cresceu em 2016

Mesmo sem ajuda do clima, VBP teve alta de 1,7% no ano passado



35% (de R\$ 1,59 bilhão em 2015 para R\$ 2,14 bilhões em 2016). O leite aparece como segundo colocado, com aumento de 20% (de R\$ 5,01 bilhões para R\$ 6 bilhões), e na terceira colocação aparecem empatados, com alta de 9%, frango de corte (de R\$ 13,69 bilhões para R\$ 14,95 bilhões) e cana de açúcar (de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 3,05 bilhões).

Maiores setores

A soja, produto que mais participa da receita total do campo paranaense (22%), fechou com saldo negativo de 0,4% em 2016 comparado a 2015. A oleaginosa somou a marca de R\$ 19,37 bilhões

Mesmo em um ano com problemas climáticos e redução na produtividade das principais culturas, o Valor Bruto da Produção Agrícola (VBP) do Paraná teve um crescimento de 1,7% em 2016 comparado a 2015. Em valores reais, o VBP de 2016 fechou em R\$ 88,83 bilhões, ante os R\$ 87,38 bilhões do ano anterior. Os dados, divulgados no dia 29 de agosto, são do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (Seab).

A agricultura foi o setor que teve o melhor resultado, com crescimento de 3% em 2016, chegando a R\$ 44,22 bilhões, contra R\$ 42,75 bilhões em 2015. A pecuária vem em seguida, com crescimento de 1%, com um total de R\$ 40,84 bilhões, sobre R\$ 40,34 em 2015. O setor florestal foi o único entre os três que sofreu revés: - 12%. Este saiu de um VBP de R\$ 4,29 bilhões em 2015 para R\$ 3,76 bilhões em 2016.

Entre os produtos, o destaque positivo em termos de crescimento absoluto ficou com o feijão, com alta de

em 2016, ante R\$ 19,45 bilhões em 2015. De acordo com o Deral, o que explica uma queda tão baixa, já que a redução na produção da safra de soja em relação ao estimado inicialmente ficou em torno de 12% no ciclo 2015/16, foi que a valorização da cotação do grão no período compensou a redução na produtividade.

O segundo produto que mais contribuiu para o VBP do Paraná é o frango (responde por 17% do faturamento). O setor, com seu crescimento de 9%, foi um dos que mais contribuiu para puxar a média geral do Estado para cima. Isso mesmo com um cenário de queda na demanda interna, por conta da crise, o que foi compensado pelo câmbio favorável e ritmo aquecido de exportações.

Terceiro maior na participação do VBP no Paraná (8% do total), o milho também foi um destaque por conta da valorização do preço da saca. Mesmo com uma safra 17% menor do que a prevista inicialmente, o VBP do grão subiu 2% (de R\$ 7,21 bilhões em 2015 para R\$ 7,36 bilhões em 2016).

MIP em grande escala

Produtor rural de Londrina destina área de 290 hectares de soja à técnica e reduz em ao menos 8% seu custo de produção

Por Antonio Senkovski



O produtor rural José Roberto Mortari cultiva 387 hectares de soja em Londrina, no Norte do Paraná. Na temporada passada, ele resolveu sair na frente em relação ao cuidado com a plantação e colocou um total de 290 hectares (cerca de 75% do total) no Manejo Integrado de Pragas (MIP). O resultado foi uma redução considerável no número de aplicações de defensivos agrícolas, solo menos compactado, uma lavoura mais equilibrada e um incremento direto na rentabilidade.

O processo começou com o curso do SENAR-PR Inspetor de Campo em MIP Soja, que Mortari descobriu por meio da FAEP (ele faz parte da diretoria do Sindicato

Rural de Londrina). A formação está dentro das principais temáticas trabalhadas no programa Plante Seu Futuro. Chama a atenção o fato de o produtor ter dedicado uma área considerável para o MIP logo de início, já que o mínimo para se adotar o programa é cinco hectares e boa parte dos agricultores começa nesta faixa.

Com a área de 290 hectares delimitada, 16 alunos do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) se inscreveram no curso do SENAR-PR e passaram a dedicar seus sábados, durante o período de desenvolvimento da cultura, para fazer uma análise detalhada dos talhões da propriedade de Mortari. A cada

semana, 20 hectares tinham a incidência de pragas detalhada. A partir da contagem e classificação de insetos, um plano de ação sobre a aplicação de inseticidas era traçado.

“Foi gratificante ver todos aqueles jovens entusiasmados, de baixo de sol, coletando dados para fazer o trabalho. E o resultado foi excepcional. Nas safras passadas chegávamos a ter três aplicações para controlar a lagarta. Em 2016/17 não precisou de nenhuma. Isso é um alívio no custo de produção, porque hoje a máquina que mais trabalha na lavoura é o pulverizador”, explica o produtor.

Nas contas de Mortari, cada pulverização para controle da lagarta na soja, na região de Londrina, custa cerca de R\$ 85 por hectare. Com três aplicações a menos, foram economizados aproximadamente R\$ 250 por hectare em todo o ciclo. Considerando a área do produtor colocada no MIP, de 290 hectares, isso significa que o produtor deixou de desembolsar R\$ 72,5 mil para o custeio da lavoura.

Conforme levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná (Seab), o custo total médio para produzir um hectare de soja no Paraná, no ciclo passado, fechou em torno de R\$ 3,1 mil. Isso significa que, em termos de porcentagem, houve uma economia média de 8%, considerando a produtividade média do Estado de 62 sacas por hectare. Mas Mortari produziu 72 sacas por hectare, o que significa que o MIP teve um impacto direto não só no número de aplicações, mas na própria rentabilidade.

Resultados do MIP na safra 2016/17 no Paraná

Produtividade média de soja

Em áreas de MIP: 4.103,5 kg/ha

Média estadual: 3.735 kg/ha

Número médio de aplicações de defensivos

Em áreas de MIP: 1,92

Áreas sem MIP: 4

Fonte: SENAR-PR e DERAL

Plante Seu Futuro

A campanha Plante Seu Futuro tem como objetivo retomar as boas práticas agrícolas por meio de ações permanentes de divulgação e capacitação profissional de técnicos e produtores rurais. Ela foi lançada em 2013 pelo governo do Estado, em parceria com diversas organizações, entre elas o Sistema FAEP/SENAR-PR. O Manejo Integrado de Pragas (MIP) é uma das ações principais da campanha.

A Plante Seu Futuro quer resgatar o hábito de produtores paranaenses de praticar ações simples, com efetividade na preservação dos maiores patrimônios da agropecuária: a água e o solo. Entre essas ações estão práticas como os manejos integrados de solos e água, doenças e plantas invasoras, tecnologias de aplicação de defensivos agrícolas e controle de formigas cortadeiras.

A campanha considera as diferenças locais e regionais, por isso foi descentralizada em quatro macrorregiões: Centro-Sul, Oeste-Sudoeste, Noroeste e Norte. O grande desafio de cada uma das localidades é chegar a estratégias de como utilizar as boas práticas para elevar a produção do Estado a um novo patamar de sustentabilidade.

Participam como gestores da iniciativa, além do Sistema FAEP/SENAR-PR, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Itaipu Binacional.

Mudança de cultura

Ivan Gustavo Vaurof dos Santos, diretor-presidente da Consoagro (empresa júnior da Universidade Estadual de Londrina), conta que foi um dos 16 alunos que fez o curso do MIP na propriedade de Mortari. Segundo ele, durante a formação foi possível pôr a mão na massa e ver na prática como as práticas são efetivas. “Hoje, é muito difícil mostrar para o produtor que não é porque ele viu um inseto que é preciso entrar com inseticida. Toda lavoura tem um ponto de equilíbrio, e é nesse aspecto que precisamos estar atentos, buscar esse equilíbrio para usar defensivos na hora, quantidade e frequência correta”, aponta. “Se você usa um inseticida indevidamente, a praga é eliminada, mas o inimigo natural também e aquela lavoura fica dependente dos produtos químicos”, completa.

Essa é a mesma visão do produtor rural Mylton Casaroli Júnior, também da região de Londrina. Para ele, um agravante é o chamado “pacote fechado” vendido aos agricultores no início da safra, o que muitas vezes engessa o manejo das plantações. “Aconteceu comigo. O técnico da empresa que fornece os insumos me orientou, mesmo sem necessidade, a pulverizar os produtos na plantação porque eu já tinha os agroquímicos comprados e pagos”, explica. Ele aplicou o MIP em 130 dos seus 260 hectares dedicados à soja e, mesmo com os produtos em estoque, não fez aplicações desnecessárias em suas terras para colher os benefícios do programa.

O que é o curso Inspetor de Campo em MIP Soja?

O curso Inspetor de Campo em MIP Soja é oferecido pelo SENAR-PR e visa fomentar o uso racional de agroquímicos para proporcionar ambientes mais equilibrados às lavouras. Com domínio e utilização das técnicas de Manejo Integrado de Pragas é possível diminuir os custos de produção, aumentar a produtividade, deixar solos menos compactados, proporcionar mais segurança ao trabalhador, reduzir o problema de pragas resistentes a defensivos agrícolas, além de outros benefícios. A formação existe desde 2015 e já monitorou mais de 200 áreas em 18 municípios, em um total de cerca de 2,3 mil hectares.

A formação possui um total de 40 horas, distribuídas em 16 horas de aulas teóricas e 24 horas de aulas práticas. Na primeira parte são ministrados conteúdos sobre o MIP, como reconhecimento das principais pragas e seus inimigos naturais, técnicas por amostragem dos insetos, níveis de controle e manejo de pragas. Já na fase posterior são feitas atividades práticas, com idas periódicas às lavouras e discussões sobre as melhores decisões a serem tomadas em cada circunstância. Para mais informações, acesse o site www.sistemafeap.org.br.



Mylton Casaroli Júnior e José Roberto Mortari: produtores aplicaram MIP em suas propriedades

Estratégias para fortalecer grãos no Paraná

Vazio sanitário e seguir calendário de semeadura são as melhores armas contra a ferrugem da soja. Já importação atrapalha produção de trigo no Estado

Por André Amorim



Assista o **vídeo** desta reportagem no nosso site
www.sistemafaep.org.br

Ágide Meneguette fala durante a abertura do encontro da Comissão Técnica de Cereais

Melhor prevenir do que remediar. Obedecer ao calendário de plantio e respeitar o período de vazio sanitário são as melhores formas de combater a ferrugem asiática da soja. De acordo com a pesquisadora Cláudia Godoy, da Embrapa Soja, nos últimos anos o fungo causador da doença sofreu mutações, tornando-se resistente a boa parte dos fungicidas disponíveis no mercado. Por isso, se a ferrugem aparecer, seu controle será muito difícil. “A principal estratégia hoje para controlar a ferrugem é você escapar dela. Fazer o vazio [sanitário] e plantar cedo”, decreta a pesquisadora,

que fez uma apresentação sobre o tema para os integrantes da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, no dia 28 de agosto, em Curitiba.

Segundo Cláudia, nos últimos anos os fungicidas utilizados para tratar a doença vêm perdendo sua eficácia. Na safra 2015/16 havia 123 produtos registrados com eficiência agrônômica comprovada. Na safra 2016/17, esse número caiu para 60. E em 2017/18, de acordo com a pesquisadora, serão apenas 26. “Isso não significa que esses produtos funcionam. Alguns têm apenas 40% de

controle”, explica.

Durante a reunião de comissão da FAEP, Cláudia Godoy apresentou os resultados de um ensaio realizado em propriedades em todas as regiões do país na safra 2016/17. O estudo avaliou a eficiência comparativa de dois tipos de fungicidas: com e sem o grupo químico das carboxamidas. O ensaio mostrou que muitos fungos já estão resistentes a esta molécula. Outras substâncias, como os triazóis e as estrobilurinas, já vinham perdendo eficácia contra a doença nos últimos anos.

“O fungo vem se adaptando por conta do excesso de aplicações”, explica Cláudia. As pulverizações excessivas acabam selecionando os esporos resistentes. Para piorar esse cenário, não há previsão de lançamento de novos produtos para o combate da ferrugem asiática no curto e no médio prazos.

O estudo mostrou fungos resistentes, principalmente, na região Sul do país. “Na Bahia, por exemplo, não apareceu nenhum caso. Isso porque lá não tem a soja safrinha”, observa a pesquisadora, que recomenda o uso de fungicidas multissítios e misturas comerciais formadas por dois ou mais fungicidas com modo de ação diferentes. “Mas as estratégias mais eficientes são o vazio sanitário e o calendário de semeadura”, afirma.

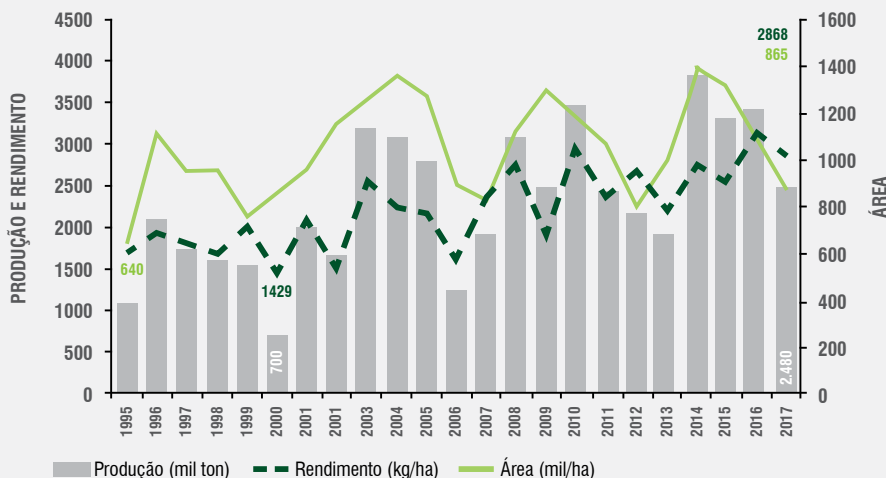
Na opinião do presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, Ivo Arnt Filho, não existe produto milagroso. “É responsabilidade do produtor saber trabalhar”, diz. Causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, a ferrugem asiática é a doença mais agressiva que incide sobre a cultura da soja, com potencial de reduzir a produtividade das lavouras em até 80%.

Trigo

Outro tema debatido pelos integrantes da comissão, que reúne lideranças rurais de todas as regiões do Paraná, foram os desafios para a sustentabilidade técnica e econômica da cadeia do trigo no Estado.

O Paraná é o maior produtor brasileiro do cereal, com uma produção estimada em 2,48 milhões de toneladas. Porém, o grão que nasce nos solos paranaenses nem sempre atende à demanda da indústria. A consequência disso é a importação de um grande volume do trigo de

O sobe e desce do trigo no Paraná



Fonte: IBGE e Seab. Elaboração: DTE | FAEP

outros países, tornando a cultura cada vez menos atrativa para os produtores do Estado. Fruto deste cenário, a área destinada ao cereal no Paraná diminuiu nesta temporada de 1,1 milhão para 865 mil hectares.

A apresentação sobre o trigo foi feita pela engenheira agrônoma Ana Paula Kowalski, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. Segundo ela, a época de colheita da safra paranaense coincide com o pico das importações do cereal, entre setembro e dezembro, tornando ainda mais difícil a comercialização. Em 2016, o principal fornecedor do Paraná foi o Paraguai, de onde vieram 504 mil toneladas de trigo em grão.

De acordo com Ivo Arnt Filho, as indústrias de massas e biscoitos trazem grãos e também a farinha pronta de fora do país, uma vez que no Brasil não se plantam as variedades necessárias. “No Paraguai, eles têm as variedades específicas para a indústria. Aqui dentro temos muitas variedades diferentes de trigo. É muito difícil segregar”, afirma.

A indústria precisa de diferentes tipos de grão para a produção de vários tipos de farinha, uma para cada finalidade específica, como pão francês, pão de forma, bolachas, massas e outros produtos.

Desse modo, a segregação converte-se em outro gargalo na comercialização do cereal paranaense. De acordo com a engenheira agrônoma do DTE, 90% dos campos do Paraná são semeados com nove cultivares diferentes. “A produção não é homogênea no Brasil. Nos outros países, a produção não é perfeita, mas eles têm homogeneidade”, conta.

Essa característica torna o trigo brasileiro pouco competitivo no mercado interno. Para a indústria, vale a pena trazer trigo de fora, mesmo pagando mais caro, porque ele já vem segregado. “Na hora da moagem do grão, a homo-

geneidade é importante”, explica.

A maior parte do trigo utilizado pelos moinhos para-
naenses é usado na produção de farinha para panificação
(56%). Segundo Arnt Filho, boa parte das cultivares plan-
tadas no Paraná não é adequada a esta finalidade, o que
dificulta ainda mais a comercialização. “Podemos ter uma
boa remuneração quando plantamos a cultivar que o moi-
nho tem interesse de comprar”, diz.

Outro empecilho é a presença de resíduos de agroquí-
micos no trigo paranaense. Como se trata de um produto
voltado à alimentação humana, a fiscalização feita pela
Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) é rigoro-
sa. O nosso trigo seria cerca de 30% mais contaminado do
que o cereal importado, sendo os dessecadores vegetais
(como o glifosato) os grandes vilões desse tipo de con-
taminação. “Os produtores devem recordar os princípios
das boas práticas agrícolas para a cultura do trigo. Esta-
mos disponibilizando no site da FAEP [www.sistemafaep.org.br] uma cartilha da [Associação Brasileira da Indústria
do Trigo] Abitrito, que traz todos os princípios ativos dos
agroquímicos que podem ser usados na cultura do trigo,
inclusive com o período de carência”, explica Arnt Filho.

Outros temas

Além das questões referentes à ferrugem asiática e à ca-
deia econômica do trigo, a reunião da Comissão Técnica de
Grãos, Fibras e Oleaginosas da FAEP discutiu outros temas
de interesse dos produtores paranaenses. Na opinião do pre-
sidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, que
participou da abertura da reunião, a classe rural tem grandes
desafios pela frente. “Temos que nos organizar e nos estru-
turar para realizar as mudanças necessárias”, disse.

Ao longo do encontro, os produtores foram atualizados
sobre os principais temas que impactam a cadeia de grãos,



26 **fungicidas**
devem ser oferecidos
para combater a
ferrugem asiática na
temporada 2017/18

como por exemplo questões referentes à política nacional
de seguro rural, a legislação que regula o uso de defensi-
vos químicos e outros temas.

Curso

Também foi apresentado aos participantes da reunião
o curso Inspetor de Campo Manejo Integrado de Pragas
(MIP) Soja, organizado pelo do SENAR-PR. Essa iniciativa,
que vem se difundindo no Estado, consiste em racionalizar
o uso dos insumos, principalmente inseticidas, ao utilizar
os inimigos naturais das pragas, que já estão presentes na
lavoura, para combatê-las.

Segundo a engenheira agrônoma do SENAR-PR Flavia-
ne Medeiros, o curso foi reformulado a pedido da comissão
para chegar ao formato atual. No ano passado, foram reali-
zadas 18 turmas do curso, em diversas regiões do Estado,
totalizando 262 inscritos. Para o período 2017/18, estão pre-
vistas 25 turmas, que devem atender cerca de 400 inscritos.



Claudia Godoy, pesquisadora da Embrapa, fala sobre os riscos da ferrugem asiática

Uso consciente de agroquímicos no trigo

Cartilha traz orientações dos produtos aprovados pela legislação. Sistema FAEP/SENAR-PR também auxilia na utilização correta

Segundo alimento mais consumido no mundo e o terceiro pela população brasileira, o trigo está presente no cardápio diário de qualquer pessoa. Na forma de pães, macarrão, biscoitos, bolos e uma infinidade de produtos, o cereal é consumido em larga escala de Norte a Sul do Brasil.

Mas para entregar um produto de excelência à mesa de milhões de brasileiros, os tricultores precisam estar atentos ao uso correto, consciente e responsável dos agroquímicos aprovados pela legislação. Do contrário, multas, barreiras, punições e sanções estão previstas para quem não respeitar as normas.

Estudo da Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo), que

reúne 75% da industrialização de farinhas do Brasil, aponta que 5% do trigo importado apresentam resultado positivo para contaminação, enquanto o índice nacional é de 30%. Nestes casos, o produtor é responsável pelo mau uso dos defensivos, no decorrer da cultura e armazenagem. Esse fator, aliado à preocupação com as micotoxinas, classificação e segregação do trigo, tira a competitividade do cereal nacional perante o estrangeiro. O Paraguai, principal concorrente do trigo da região Sudoeste, tem um programa de segurança e monitoramento que garante ao importador a qualidade adquirida. A Argentina tem um programa semelhante, mas com níveis mais flexíveis.

Diante deste cenário, a Abitrigo preparou a cartilha “O uso correto dos agrotóxicos na cultura do trigo”, disponível na íntegra no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, no link Serviços. O objetivo é esclarecer dúvidas, mostrar o que pode ou não ser utilizado e alertar o setor produtivo. Inclusive, a cartilha contém a tabela de todos os ingredientes ativos autorizados no Brasil, divididos por fases de aplicação, com o respectivo Limite Máximo de Resíduos (LMR) e Intervalo de Segurança (IS).

Responsabilidade

A produção depende da adoção de um conjunto de mecanismos res-

FASES DA CULTURA DE TRIGO X APLICAÇÃO DE AGROQUÍMICOS



ponsáveis e conscientes, que trazem equilíbrio entre resultados econômico, social e ambiental. Pesquisadores e agricultores já testaram milhares de cruzamentos em busca de produtividade, conteúdo de farinha no grão, teor de nutrientes, resistência a doenças e adaptação ao clima e ao solo. Dentro desta equação, o uso de agroquímicos é comum no manejo das lavouras. Porém, os tricultores precisam fazer de forma adequada, com a consultoria de um engenheiro agrônomo, profissional responsável pela indicação e emissão do receituário agrônômico.

É preciso seguir as Boas Práticas Agrícolas (BPA) em todas as fases da cultura, desde o momento da compra dos agroquímicos até o seu descarte, passando pelo transporte e armazenagem, assim como sua preparação, manuseio e aplicação. A classificação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que determina o nível de toxicidade dos produtos, é muito importante. Há quatro classes, cada uma representada por uma cor no rótulo e na bula do produto.

Comprado o produto, as condições recomendadas no receituário agrônômico e na bula são fundamentais para garantir que os resíduos estejam de acordo com o autorizado nas monografias de agroquímicos publicadas pela Anvisa e que determina o LMR.

Nunca usar produtos não recomendados para o cultivo. É ilegal e contamina o alimento, além de reduzir a qualidade e a segurança da produção.

No momento da aplicação, os trabalhadores rurais devem utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) recomendados – protetores oculares (óculos ou viseira facial), máscaras cobrindo nariz e boca, luvas de borracha, macacão de mangas compridas, chapéu de aba larga, botas e avental impermeável.

Posteriormente, atenção com o local de armazenagem, lavagem dos pulverizadores – a água utilizada não pode ser jogada em córregos para evitar danos ao meio ambiente – e ainda ao descarte correto das embalagens. Essas devem ser lavadas três vezes antes de serem devolvidas às unidades de recebimento do Sistema Campo Limpo, para que sejam preparadas e sigam à destinação final ambientalmente adequada (reciclagem ou incineração) por meio do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV).

A devolução das embalagens vazias e tampas dos produtos deve acontecer no prazo de até um ano, a partir da data de compra, ou em até seis meses do término da validade do produto. O endereço para devolução deve constar da nota fiscal. Na entrega das embalagens, os produtores recebem um

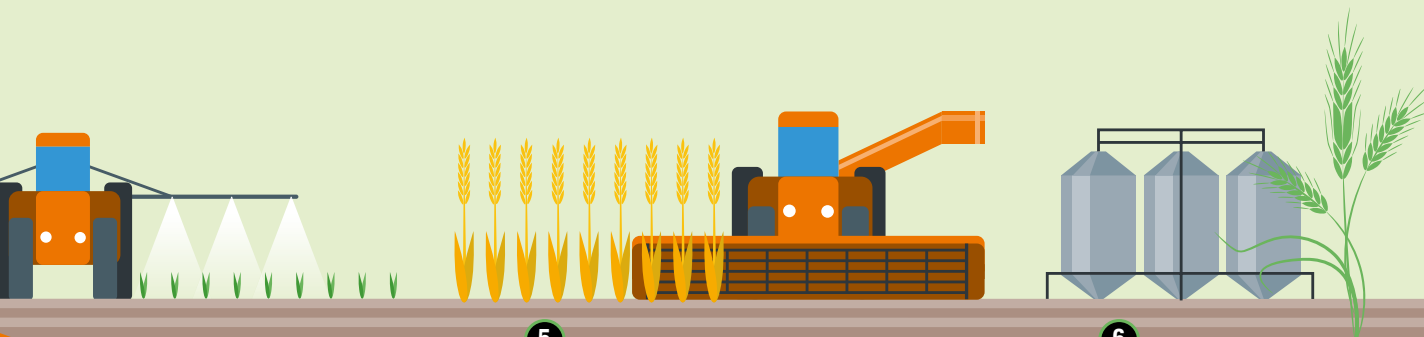
comprovante, que poderá ser solicitado pela fiscalização. Os pontos de coleta e destino final das embalagens são de responsabilidade dos revendedores e dos fabricantes.

Fiscalização

Nas propriedades rurais, a fiscalização acontece para verificar a veracidade das informações nas receitas e notas fiscais, a real aplicação dos agroquímicos e o fornecimento e condições dos equipamentos de proteção individual aos aplicadores.

O receituário agrônômico se faz necessário para definir o número de aplicações, após o diagnóstico das lavouras, resultado da análise de sinais e sintomas do que se pretende controlar, das condições do clima e do estágio e condições da lavoura. Não cabe ao agricultor decidir quando e como aplicar o agroquímico. A decisão é do agrônomo, que detém os conhecimentos necessários para fazer o diagnóstico e decidir pela necessidade do agroquímico.

As regras sobre uso, comercialização, produção, transporte, armazenagem, propaganda e destinação dos resíduos e das embalagens de agroquímicos, assim como a fiscalização, são definidas pelas Leis 7.802/89 e 9.974/00, e pelo Decreto 4.074/02.



5

DESSECANTES

Em lavouras que estão desuniformes pode ser aplicado herbicida dessecante em pré-colheita, que uniformiza a maturação dos grãos.

6

PRODUTOS ARMAZENADOS

São aplicados agroquímicos para controlar as pragas de grãos armazenados.

Fonte: Ilustrações retiradas da cartilha da Abitriga



ABERTURA DOS PORTOS BRASILEIROS



Decreto de Dom João VI acabou com o monopólio de Portugal sobre o que entrava e saía do Brasil Colônia

O avanço das tropas do general francês Napoleão Bonaparte (1769-1821) sobre o território português fez a corte de Dom João VI (1767-1826) fugir para o Brasil. A chegada do rei português mudou a história da então colônia lusa e trouxe melhorias até então negadas pela coroa. Foi o começo do fim do Brasil Colônia. Em 1815, o país foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Uma das primeiras medidas de Dom João foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas. O decreto foi promulgado no dia 28 de janeiro de 1808, em Salvador (BA), antiga sede da colônia, apenas quatro dias após a família real chegar ao país. Dom João VI e seu séquito de cerca de 15 mil pessoas foi escoltado pela armada inglesa até o Brasil.

A transferência às pressas, com Napoleão às portas de Lisboa, deixou a corte falida. A abertura do comércio sem a intermediação de Portugal era a única chance de sobrevivência da coroa portuguesa, que dependia da venda das riquezas extraídas e produzidas em solo brasileiro.

Antes da abertura dos portos, os produtos que saíam do Brasil passavam pela alfândega em Portugal, assim como os importados a serem enviados para a colônia. A coroa detinha o monopólio do comércio exterior do Brasil.

Nos primeiros anos de validade da abertura dos portos, os Estados Unidos foram os maiores beneficiados. Mas, em 1810, Portugal assinou o Tratado de Cooperação e Amizade com a Inglaterra, que continha regras de comércio e navegação. O documento estabelecia tarifas alfandegárias que privilegiavam os ingleses. Uma forma de recompensar a Inglaterra pela proteção da família real. Os portugueses eram aliados dos ingleses na Guerra Peninsular (1807-1814) travada contra a França de Napoleão.

Tanto a abertura dos portos como o tratado de amizade são considerados marcos do liberalismo econômico do país. Outra medida importante de Dom João foi a assinatura, em 1º de abril de 1808, do alvará que permitia a instalação de indústrias no Brasil.



Intercâmbio de conhecimento

Docentes de três universidades de Portugal conhecem detalhes do Agrinho e também contribuem com a reformulação do material didático do programa



Patricia Lupion, Ariana Cosme, Humberto Malucelli, Sara Trindade e José Antonio Moreira

A reformulação do material didático do Programa Agrinho irá ganhar sotaque lusitano. A convite do SENAR-PR, professores de três renomadas universidades de Portugal – Aberta, Coimbra e Porto – estão no Brasil para gravar videoaulas e, também, colaborar na produção dos textos. A metodologia e o material didático do Agrinho estão sendo reformulados visando a edição 2018.

“Essa troca de informação é muito importante. Eles trazem novidades, propostas pedagógicas diferenciadas da Europa. Isso, com certeza, gera inovação”, aponta a pedagoga Patrícia Lupion, consultora do SENAR-PR.

Na outra via, o Programa Agrinho está atravessando o Oceano Atlântico para colaborar na formação dos professores lusitanos. Os docentes passaram por uma imersão sobre o programa na qual conheceram detalhes para posterior implantação da metodologia em Portugal.

“O Agrinho será fundamental no contexto de Portugal. As necessidades que identificamos no Brasil são semelhantes às do nosso país. Ou seja, será fácil transpor, pois as duas realidades são bastante parecidas. Basta

fazer alguns ajustes para atender à legislação portuguesa”, diz o professor José Antonio Moreira, da Universidade Aberta (UAb) de Portugal, única instituição de ensino superior público à distância no país europeu. Na videoaula, o docente irá abordar o uso do cinema e outras ferramentas audiovisuais como recursos pedagógicos na sala de aula. “Podemos tornar o ensino ainda mais atrativo desta forma”, complementa.

Para a professora Sara Dias Trindade, da Universidade de Coimbra, as semelhanças entre os dois países minimizam os impactos do processo de implantação. “Cria uma sensação de proximidade, evitando qualquer tipo de distanciamento por parte dos professores

portugueses”, ressalta. Sara irá gravar videoaula sobre ensino móvel, com o uso de redes sociais como Facebook e Whatsapp. “Modelos não convencionais são uma realidade”, garante.

A professora Ariana Cosme, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, vai além. Para a docente, os temas transversais do Programa Agrinho (ética, cidadania e trabalho, saúde, meio ambiente, orientação sexual, entre outros) podem ser trabalhados junto a todos os jovens, e não apenas os moradores de áreas rurais. “A ideia é convidar algumas escolas que aceitem ampliar a inovação das suas práticas pedagógicas para além da filosofia do [programa] Agrinho”, diz.

Ariana ainda destaca que o intercâmbio traz benefícios para escolas brasileiras e portuguesas. “Quando trabalho em parceria com a equipe do SENAR-PR, eu também me fortaleço e levo coisas para o aprendizado de lá”, afirma.

Neste ano, o Agrinho completa 22 anos. A cada edição, o programa envolve cerca de 80 mil professores e 1 milhão de crianças em todas as regiões do Paraná.

FAEP participa de encontro sobre seguros em Goiás

Comissão reúne demandas de produtores rurais, agentes financeiros, cooperativas, corretores e sindicatos rurais para melhorar o PSR



Reunião da Comissão dos Entes Privados na Federação de Goiás

não têm acesso a nenhum instrumento, estão desassistidos pela política agrícola. Um programa robusto de seguro é o que vai permitir ao produtor se manter na atividade. A área econômica do governo já está mais sensível a essa demanda, mas temos que avançar na discussão”, afirmou José Mário Schreiner, presidente da Faeg e vice-presidente diretor da CNA.

O grupo é formado pela CNA, que representa os produtores; a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), que fala pelas cooperativas; a Federação Nacional dos Corretores de Seguros Privados e de Resseguros, de Capitalização, de Previdência Privada, das Empresas Corretoras de Seguros

e de Resseguros (Fenacor), representante das corretores, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG), pelas seguradoras; e Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber), pelas empresas resseguradoras.

O Mapa participa das reuniões apresentando o PSR e os resultados deste programa, que entre 2006 e 2015 teve R\$ 3,7 bilhões pagos em indenização pelas companhias seguradoras aos produtores devido às perdas de preço e de produção por intempéries climáticas. O orçamento do PSR para 2017 é de R\$ 400 milhões, mas o governo aplicou até o fim de agosto apenas R\$ 180 milhões. As entidades que representam os produtores cobram a liberação dos R\$ 220 milhões faltantes, pois neste momento a contratação de crédito rural está no auge e o seguro rural é uma das garantias solicitadas pelos agentes financeiros.

A comissão já esteve no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso. A agenda prevê reuniões em Minas Gerais, em 28 de setembro, e no Mato Grosso do Sul, em 9 de novembro.

A Comissão dos Entes Privados do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), está realizando este ano reuniões itinerantes pelas principais regiões agrícolas do Brasil para ouvir as demandas dos produtores rurais, agentes financeiros, cooperativas, corretores e sindicatos rurais em relação às melhorias para o seguro rural. No dia 30 de agosto, o tema foi debatido na sede da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), em Goiânia. A FAEP e a Faeg representam a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) na comissão.

“Esses encontros possibilitam entender os principais problemas regionais para o desenvolvimento do mercado de seguros rurais e essas demandas são encaminhadas para a CNA, o Ministério da Agricultura e às companhias seguradoras, com o objetivo de aperfeiçoar o programa e as condições de cobertura dos seguros agrícolas”, afirmou Pedro Loyola, economista da FAEP e presidente da comissão.

“Hoje, o principal instrumento de política agrícola é o crédito rural, que atende em torno de um terço da necessidade de financiamento do setor. Os outros dois terços

Campo Futuro avalia custos de produção de pinus em Ponta Grossa

Segundo levantamento, receita da atividade não cobre o custo total. Fase de colheita representa o maior gasto



longo do ciclo de 21 anos da cultura. Esse valor representa 47% do custo total (CT), que é de R\$ 116,21 por tonelada. Na região analisada, cabe ao produtor colher a madeira e transportá-la até a indústria, diferente de outras localidades, onde existe a possibilidade de vender a madeira “em pé”, deixando a cargo do comprador a colheita e o transporte.

Para compor o Custo Operacional efetivo (COE), que abrange gastos com colheita, administração, tratamentos culturais e capital de giro, são considerados os três cortes que ocorrem ao longo do ciclo produtivo. Segundo o levantamento do Campo Futuro, o COE da produção de pinus em Ponta Grossa é de R\$ 79,14 por tonelada de madeira. O custo operacional total (COT), que além do COE computa os custos de depreciação de

equipamentos e remuneração do produtor, ficou em R\$ 90,03/ton. O CT, além destas despesas, considera a remuneração do capital e remuneração da terra.

Para o cálculo da receita bruta da produção, o Campo Futuro efetuou uma média ponderada entre as principais destinações da madeira: a produção de celulose (35%) e as serrarias (65%), chegando ao valor de R\$ 106/ton. Desta forma a receita consegue cobrir o COE, com uma margem bruta de R\$ 26,86/ton, o COT, com uma margem líquida de R\$ 15,97/ton, mas não cobre os custos de oportunidade do capital empatado em terra, máquinas e benfeitorias, do CT, amargando prejuízo de R\$ 10,21 por tonelada de madeira.

Para obter uma melhor remuneração, os silvicultores de Ponta Grossa estão buscando certificados, que agregam valor à produção. De acordo com relatos dos participantes do painel, existe um acréscimo de até R\$ 5 por metro cúbico de madeira com certificação pagos pela indústria de celulose.

O projeto Campo Futuro da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), que realiza o levantamento dos custos de produção das principais atividades do agronegócio, esteve em Ponta Grossa (Campos Gerais), no dia 7 de junho, para levantar os custos de produção da cultura de pinus.

Esta é a primeira vez que a confederação trabalha com esta atividade no Campo Futuro. A escolha de Ponta Grossa se deu em função da representatividade econômica do setor florestal na região, que movimenta diversas indústrias processadoras de madeira, gerando emprego e renda. O Paraná se destaca na silvicultura com a segunda maior área plantada de pinus e eucalipto do país, com 1,6 milhão de hectares, atrás somente de Minas Gerais com 1,8 milhão de hectares.

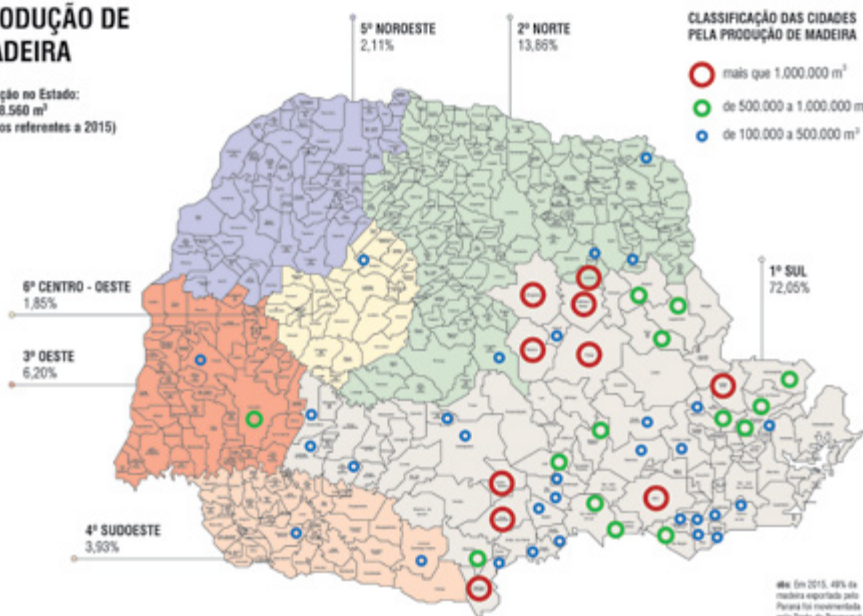
De acordo com o estudo, o custo mais significativo do processo produtivo ocorre na colheita e na pós-colheita. Em média, o produtor gasta R\$ 54,73 por tonelada com essas atividades, durante os três cortes que ocorrem ao

Escoamento da madeira

Transporte da floresta até a indústria ocorre por via terrestre, enquanto exportação segue por via marítima

PRODUÇÃO DE MADEIRA

Produção no Estado:
51.698.560 m³
(*dados referentes a 2015)



O setor florestal aparece apenas na 9.^a colocação no ranking do Valor Bruto de Produção (VBP) do Paraná. Ainda assim, a atividade tem significativa importância para outros setores, como construção civil, automobilística, farmacêutica, alimentícia e, claro, para o agronegócio. O setor florestal fornece, entre outros produtos, lenha, carvão vegetal e madeira serrada para, por exemplo, aquecimento dos milhares de aviários espalhados pelo Paraná.

A madeira retirada das florestas segue até as indústrias de beneficiamento e serrarias por via terrestre. O transporte das toras ocorre num raio máximo de 150 quilômetros entre as propriedades e as empresas, pois distância maior é um fator limitador devido ao elevado custo do frete.

Após o beneficiamento da madeira, os produtos deixam o Brasil com destino a diversos países, como Estados Unidos, China, Inglaterra e Alemanha, pelos portos de Paranaguá, no Paraná; Itajaí, Navegantes e São Fran-

cisco do Sul, em Santa Catarina. Em 2015, o Paraná foi o segundo Estado que mais exportou madeira, atrás apenas de São Paulo.

De acordo com o Sistema Nacional de informações Florestais (Snif), a principal espécie cultivada em terras paranaenses é o pinus, que ocupa cerca de 900 mil hectares, seguido pelo eucalipto, com quase 700 mil hectares plantados. Outras espécies ocupam pouco mais de 25 mil hectares. A produção de pinus é estimulada pelo clima e pelo investimento no melhoramento genético. A espécie está presente nas 25 cidades com maior arrecadação de VBP relacionado aos cultivos florestais.

Segundo levantamento do Instituto de Florestas do Paraná (IFPR), o Sul é a principal região produtora do Estado, com 83,4% da área plantada, seguido das regiões Norte, Oeste, Noroeste e Centro-Oeste. A região de Ponta Grossa, por abrigar um forte polo industrial madeireiro, é uma das principais demandadoras de toras e outras formas de madeira.

Essas e outras informações do escoamento dos produtores do setor florestal no Paraná fazem parte do estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, desenvolvido pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. O documento traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio estadual: soja, avicultura, bovinocultura de leite, cana-de-açúcar, batata, fertilizantes, milho, trigo, feijão, suinocultura, bovinocultura de corte, mandioca e trigo. O estudo completo pode ser acessado no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 06 - SAFRA 2017/18

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 30 de agosto de 2017, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em agosto de 2017 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2017/18, que passam a vigorar a partir de 1º de setembro de 2017.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de agosto de 2017, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM AGOSTO DE 2017 - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,25%	60,37	1,86%	57,84
AME	64,61%	63,30	47,18%	63,14
EAC - ME	2,63%	1.638,71	2,39%	1.761,62
EAC - MI	9,97%	1.526,45	19,92%	1.563,96
EA - of	0,03%	1.661,06	0,04%	1.692,12
EHC - ME	0,29%	1.464,08	0,10%	1.464,08
EHC - MI	20,06%	1.367,54	27,10%	1.382,50
EH - of	1,16%	1.466,29	1,40%	1.415,16
obs: EAC - ME + MI + of				
	12,63%	1.550,19	22,35%	1.585,37
EHC - ME + MI + of				
	21,50%	1.374,13	28,61%	1.384,40

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	1,25%	0,6845	1,86%	0,6558
AME	64,61%	0,7206	47,18%	0,7188
EAC - ME	2,63%	0,5765	2,39%	0,6198
EAC - MI	9,97%	0,5370	19,92%	0,5502
EA - of	0,03%	0,5844	0,04%	0,5953
EHC - ME	0,29%	0,5376	0,10%	0,5376
EHC - MI	20,06%	0,5021	27,10%	0,5076
EH - of	1,16%	0,5384	1,40%	0,5196
Média		0,6516		0,6214
obs: EAC - ME + MI + of				
	12,63%	0,5454	22,35%	0,5578
EHC - ME + MI + of				
	21,50%	0,5045	28,61%	0,5083

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2017/18 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,80%	57,84
AME	55,93%	57,16
EAC - ME	1,03%	1.761,62
EAC - MI	19,06%	1.621,19
EA - of	0,02%	1.692,12
EHC - ME	0,04%	1.464,08
EHC - MI	22,50%	1.431,46
EH - of	0,61%	1.415,16

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,80%	0,6558
AME	55,93%	0,6507
EAC - ME	1,03%	0,6198
EAC - MI	19,06%	0,5704
EA - of	0,02%	0,5953
EHC - ME	0,04%	0,5376
EHC - MI	22,50%	0,5256
EH - of	0,61%	0,5196
Média		0,6061

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	66,18	73,92
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	66,18	73,92

Maringá, 30 de agosto de 2017

PAULO ROBERTO MISQUEVIS / Presidente

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO/ Vice-presidente

Censo Agropecuário

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começa, a partir de 1.º de outubro, a coletar informações das cerca de 5,3 milhões de propriedades rurais do país para o Censo Agropecuário 2017. No Paraná, os recenseadores vão percorrer 372 mil estabelecimentos. As visitas vão ocorrer até 28 de fevereiro de 2018. Os resultados preliminares serão divulgados entre março e abril do ano que vem. A FAEP e outras entidades ligadas ao agronegócio apoiam a iniciativa e estão incentivando seus filiados a responderem corretamente aos questionários do IBGE.



Não esqueça do ITR

O prazo para entregar a declaração anual do Imposto Territorial Rural (ITR) termina no dia 29 de setembro. O documento deve ser realizado por pessoa física ou jurídica proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título, um dos condôminos (quando o imóvel pertencer a várias pessoas) e o inventariante, em nome do espólio (enquanto não for concluída a partilha). O dono de apenas uma propriedade, que tenha menos de 30 hectares, está isento do pagamento. O imposto pode ser parcelado em até quatro vezes, desde que cada cota não seja inferior a R\$ 50. Valor total inferior a R\$ 100 precisa ser pago em cota única. O pagamento do ITR deve ser feito nas agências bancárias integrantes da rede arrecadadora de receitas federais. O documento deve ser elaborado pelo programa gerador do ITR disponível no site da Receita Federal (www.receita.fazenda.gov.br).

Palestra Pecuária Moderna

O Sindicato Rural de Umuarama (Noroeste do Estado) vai receber, no dia 14 de setembro, a palestra “Como fazer dinheiro com a pecuária de corte”, ministrada pelo médico veterinário Tiago Coelho Gimenes. O evento é uma iniciativa do Comitê Gestor Regional do Programa Pecuária Moderna. As vagas são limitadas e os interessados podem fazer a inscrição via sindicato.



Preparando para o CAR

A técnica Carla Beck, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP, coordenou um curso de retificação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e adequação da propriedade rural ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). A capacitação realizada em Curitiba, nos dias 25, 29 e 30 de agosto, reuniu 82 representantes de 73 sindicatos rurais e oito instrutores do SENAR-PR. Eles foram preparados para atender produtores sobre as principais demandas referentes ao CAR. Os participantes aprenderam como acessar a central do proprietário e retificar o cadastro; a diferença entre um alerta e uma notificação; e foram alertados sobre o prazo final para inscrição no CAR e a solicitação de revisão dos Termos de Compromissos assinados pelo Sisleg, que terminam em 31 de dezembro de 2017.



CARTA DO LEITOR

“Sou produtor de frango de corte e estamos, realmente, passando por mudanças de comportamento no manejo, estruturas físicas e cuidados com sanidade. Com relação aos comentários das senhoras Juliana e Daniella [que constam na reportagem “SENAR-PR alerta produtores sobre adequações em aviários”, publicada no Boletim Informativo n.º 1402] só faltaram responsabilizar os outros atores deste filme (ex: fornecedores de pintinhos, técnicos, genética). Neste processo parece que o único culpado é o produtor. Gostaria de lembrar que é preciso que todos mudem as formas de conduzir esta atividade. Lembrando que o produtor é a parte mais fraca neste processo. E precisa ser respeitado, pois foi ele que até agora levou o Paraná ao status que se encontra hoje.”

Edmilson Zabott,
produtor e vice-presidente Sindicato Rural de Palotina.



Renegociação de dívidas

Os produtores têm à disposição dois instrumentos para renegociação de dívidas de crédito rural. Aqueles que estão com dificuldades para pagar as parcelas deste ano das operações de custeio e investimento, por causa de redução dos preços recebidos e dificuldades de comercialização ou perdas por problemas climáticos, po-

dem solicitar a renegociação. A prorrogação parcial ou total da parcela está prevista nas normas do Manual do Crédito Rural (MCR), mas pode impedir que o produtor tenha acesso a novos financiamentos por conta do aumento do risco do agente financeiro. Já os inscritos na Dívida Ativa da União (DAU) têm até dezembro para quitar os débitos antigos com descontos. O produtor deve aderir a esse benefício, previsto na Lei 13.340/2016, ainda neste ano. As orientações e modelos de carta de pedido de prorrogação podem ser consultados no site do Sistema FAEP/SENAR-PR, no link Serviços.

Manejo do solo

O Sindicato Rural de Ubitatã (região Centro Ocidental) promoveu, no dia 23 de agosto, palestra sobre Manejo e Conservação do Solo, ministrada por Paulo Cesa, engenheiro agrônomo da Emater de Mamborê, e Sandro Cesar Albrecht, coordenador regional de projetos da Emater de Campo Mourão.



LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Cuidado do filhote - A leitora Maria Regina de Oliveira, de Ribeirão do Pinhal, enviou foto da mamãe passarinho alimentando seu filhote. A imagem foi captada na zona rural de Abatiá.



Ipê florido - Ediane Siqueira enviou foto do ipê amarelo florido na frente da sede do Sindicato Rural de Santo Antônio da Platina. O ipê é o símbolo da cidade.



ASTORGA

EMPREENDEDOR RURAL

O Sindicato Rural de Astorga promove, de 24 de maio a 25 de outubro, o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – Empreendedor Rural. Participam 20 pessoas com o instrutor Alex Fernandes de Almeida.



CAMPINA DA LAGOA

MOPP

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa organizou, nos dias 3 e 4 de agosto, o curso Condutores de Veículos – Movimentação e Operação de Produtos Perigosos (Mopp). Participaram 13 pessoas com o instrutor Aparecido Vieira.



CAMPO MOURÃO

MANEJO DE OVINOS

O Sindicato Rural de Campo Mourão, em parceria com a Prefeitura Municipal de Iretama, realizou, nos dias 8 e 9 de agosto, o curso Trabalhador na Ovinocultura – Manejo de Ovinos de Corte. Participaram 11 pessoas com a instrutora Jaciani Cristina Beal Klank.



CIANORTE

TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, em 30 de junho, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Operação de Implementos – Semeadeira e Plantadeira. Participaram 12 pessoas com o instrutor Lucas David Schemberger.



RIBEIRÃO DO PINHAL

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal organizou, de 12 a 14 de junho, o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão. Participaram 15 pessoas com o instrutor Eder Paulo Arrabal Arias.



TIBAGI

ARMAZENISTA

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com subprefeitura de São Bento e a CCV Agro Comercial, promoveu, entre os dias 1.º e 5 de agosto, o curso Armazenista. Participaram oito pessoas com o instrutor Ramon Ponce Martins.



TERRA ROXA

CARREGADORAS

O Sindicato Rural de Terra Roxa, em parceria com a prefeitura do município, realizou, de 24 a 28 de julho, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras – Pá Carregadora. Participaram 12 pessoas com o instrutor Claudio Rodrigues da Costa.



UBIRATÃ

MULHER ATUAL

O Sindicato Rural de Ubatã, em parceria com a Secretaria Municipal de Transporte, organizou, no dia 3 de agosto, a finalização do curso Mulher Atual. Participaram 16 pessoas com o instrutor Luciane Lousano Pimentel.

VIA RÁPIDA

Corrida de bolas gigantes

Se não tem touros vai... bolas gigantes. Isso mesmo. A tradicional corrida de touros em cidades da Espanha há anos é muito criticada por ativistas em defesa dos animais. Para fugir da polêmica, a população de Mataelpino resolveu inovar. Saem os bichos e entram as bolas gigantes. Desde 2011 os moradores se divertem correndo dos objetos feitos de plástico, que rolam pelos barrancos da cidade. Os adultos “enfrentam” bolas de 200 quilos. Já para as crianças, elas pesam 70 quilos.



$$f(x) = \sum_{i=1}^n \frac{f(i)}{i}$$

Ética

Perguntaram ao matemático árabe Al-Khwarizmi (850-910 d.C) sobre o valor do ser humano e este respondeu:

“Se tiver ética, então ele é =1.

Se também for inteligente, acrescente 0 e será =10.

Se também for rico, acrescente outro 0 e será =100.

Se também for belo, acrescente outro 0 e será =1000.

Mas se perder o 1, que corresponde à ética, perderá todo o seu valor, pois só restarão os zeros.”

Balinha do bem

Um estudo da Unicamp, em Campinas (SP), desenvolveu uma bala sem açúcar e 52% menos calórica do que as balas comuns. A guloseima ainda não provocaria cáries e pode ser consumida por diabéticos. Na bala experimental vai açaí, rico em antioxidantes e em componentes que dispensaram a adição de gordura, corantes e aromas artificiais.



E os dodôs

Pesquisadores da Universidade da Cidade do Cabo, na África do Sul, estão produzindo novos estudos sobre os pássaros dodôs, extintos há mais de três séculos. As aves, que não voavam, habitavam as Ilhas Maurício e pouco se sabe sobre elas. As recentes pesquisas realizadas em amostras de ossos dos dodôs indicariam que os ovos eram chocados em agosto e os filhotes atingiam rapidamente o tamanho adulto. A troca de plumagem seria por volta de março. Segundo relatos históricos de marinheiros, a ave tinha penas cinzas macias. Os dodôs colocavam seus ovos em ninhos no chão.



Castelo de areia

O sonho de entrar para o Guinness por bater um recorde mexe com a ambição humana. Em Duisburg, na Alemanha, um grupo de artistas está construindo um castelo de areia de 15 metros de altura. O Parque Landschaftspark é o palco da empreitada. A meta é bater o atual recorde, de 14,84 metros, que foi obtido na Índia. O júri do livro famosos vai avaliar o castelo em setembro.





Flores no deserto

O deserto do Atacama, no Chile, é considerado o mais seco do mundo. Mas não é que neste ano, por causa do El Niño, choveu muito na região. As precipitações no Norte chileno foram suficientes para a ocorrência de um fenômeno raro por lá: flores germinaram no deserto. A última vez que isso tinha acontecido no Atacama foi em 2015. O fenômeno meteorológico aquece as águas do Oceano Pacífico. A evaporação aumenta a quantidade de chuvas no deserto. Suficiente para mudar a paisagem do Atacama.



Português em alta

Nos últimos anos, o ensino da língua portuguesa vem crescendo na China. Universidades chinesas estão oferecendo bolsa para estudantes aprenderem o idioma. A estratégia do governo está ligada ao avanço chinês na América Latina e, sobretudo, em Angola e Moçambique, na África, países colonizados por Portugal. Os angolanos são os maiores fornecedores de petróleo para a China. Já Moçambique é um dos países que mais recebe investimentos chineses. Até os escândalos de corrupção envolvendo empreiteiras brasileiras com presença na África é visto como oportunidade para os interesses chineses na região.



UMA SIMPLES FOTO



“Não importa como uma pessoa morre, mas sim como ela vive.”

Samuel Johnson,
escritor inglês (1709-1784).





Até ENCONTRAR

Às vezes, a vida te bate com
um tijolo na cabeça.

Não perca a fé.

Estou convencido de que a única coisa que me fez
continuar foi que eu amava o que eu fazia.

Você precisa encontrar o que você ama.

E isso vale para o seu trabalho e
para seus amores.

Seu trabalho irá tomar uma grande parte da sua
vida e o único meio de ficar satisfeito é fazer o
que você acredita ser um grande trabalho.

E o único meio de se fazer um grande trabalho é
amando o que você faz.

Caso você ainda não tenha
encontrado, continue procurando.

Não pare.

Do mesmo modo como todos os problemas do
coração, você saberá quando encontrar.

E, como em qualquer relacionamento longo, só fica
melhor e melhor ao longo dos anos.

Por isso, continue procurando
até encontrar, não pare.

Steve Jobs

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|--|--|
| ☐ Mudou-se | ☐ Falecido |
| ☐ Desconhecido | ☐ Ausente |
| ☐ Recusado | ☐ Não Procurado |
| ☐ Endereço Insuficiente | |
| ☐ Não existe o nº indicado | |
| ☐ Informação dada pelo
porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____

Em ____/____/____

Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 |
Fax 41 3323.2124 | sistematicaep.org.br | faep@taep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 |
Fax 41 3323.1779 | sistematicaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

